

Apresentação – Revista de Direito Constitucional Econômico 2021.2

É com grande satisfação que apresentamos a edição 2021.2 da *Revista de Direito Constitucional Econômico*. Neste volume, reafirmamos o compromisso do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA em fomentar a produção acadêmica de excelência, abordando temas contemporâneos que desafiam as práticas jurídicas e a dinâmica socioeconômica nacional e internacional. A pluralidade de perspectivas trazida pelos artigos desta edição reflete a capacidade do Direito de dialogar com diversas áreas do conhecimento, mantendo-se como ferramenta essencial para a promoção do desenvolvimento e da justiça social.

Yhasmin Monteiro e Tiago Santana Nascimento, no artigo intitulado "*Judicialização da saúde sob a perspectiva da LINDB: uma análise com base na jurisprudência do STF e STJ*", discutem os impactos da inclusão do artigo 20 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), destacando a necessidade de uma análise das consequências práticas nas decisões judiciais envolvendo a judicialização da saúde.

Edson da Graça Francisco Macuácia e Piedade Maria Dias Nogueira, no artigo "*Do Estado produtor ao Estado regulador da economia em Moçambique*", realizam uma análise crítica da intervenção do Estado moçambicano no mercado, a partir da transição histórica pós-independência e das mudanças legislativas introduzidas, especialmente com a Lei das Nacionalizações de 1976.

Hugo Valentim de Podestá Botelho, em seu artigo "*A mediação sob a ótica da análise econômica do direito (AED): breves considerações em relação aos desafios enfrentados*", explora como os princípios da Análise Econômica do Direito (AED) podem contribuir para a compreensão e aprimoramento da mediação de conflitos no contexto brasileiro.

Aline Torres Braz Canales e Laiana Neri Garcia Roriz Cavalcante, no artigo "*A teoria do desenvolvimento econômico de Amartya Sen, a abordagem de Douglas North e o sistema de precedentes do CPC/15: implicações para o desenvolvimento do Brasil*", investigam a relação entre as teorias de desenvolvimento econômico e institucional com o sistema de precedentes introduzido pelo CPC/2015, propondo suas implicações para o desenvolvimento do país.

Janiele Dias dos Santos, no artigo "*A solidariedade dos entes federados nas ações relativas à dispensação de medicamentos não inseridos na lista do SUS, à luz dos recursos extraordinários n. 855.178/SE e n. 1.366.243/SC*", aborda a solidariedade dos entes federativos em relação ao fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, analisando os temas 793 e 1234, com repercussão geral.

Jakeline Moraes Menezes Cassimiro, no artigo "*O Código de Processo Civil de 2015 e a aproximação dos sistemas civil law e o common law – precedentes judiciais brasileiro*", analisa o uso dos precedentes judiciais no Brasil, destacando a aproximação entre os sistemas anglo-saxão e romano-germânico sob a influência do CPC/2015, apesar de suas diferenças estruturais e históricas.

Leir Gomes da Silva, em seu artigo "*A importância do RenovaBio no processo de descarbonização do Brasil e os mercados de crédito de carbono nacionais*", discute o

papel do programa RenovaBio como instrumento de descarbonização no Brasil e sua relação com o mercado nacional de créditos de carbono.

Patryck Rosa Seixas, em "*O princípio da eficiência e o terceiro setor*", analisa como o conceito de eficiência na administração pública pode ser aplicado à prestação de serviços públicos, com enfoque na análise econômica do terceiro setor.

Rafael Carvalho Curado, no artigo "*A utilização do índice inflacionário como critério de objetivação do valor da indenização por dano moral*", propõe, com base no método bifásico consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, a utilização do índice inflacionário como critério objetivo para fixação de indenizações por dano moral.

Os artigos apresentados nesta edição evidenciam a diversidade e relevância das temáticas abordadas, promovendo discussões inovadoras que conectam o Direito Constitucional e Econômico às demandas sociais e econômicas contemporâneas. O Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA, por meio desta revista, reafirma seu papel na formação de um pensamento jurídico crítico e inovador, que contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e inspiradora, capaz de fomentar novas reflexões e contribuir para o avanço do conhecimento jurídico no Brasil e no exterior.

André de Carvalho Ramos

Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa Educação)
Editor da Revista de Direito Econômico

Marina Faraco

Coordenadora Adjunta do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da
UNIALFA (Alfa Educação)
Editora da Revista de Direito Constitucional Econômico